

AS CONTRIBUIÇÕES DO CONCEITO DE *HABITUS* PARA O DEBATE DA CLASSE CAMPONESA¹

Almeida, Rosemeire A. - UFMS/CPTL²
raalm@ceul.ufms.br

INTRODUÇÃO

Se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje é provável que continuem a existir por muito tempo (SHANIN *apud* MOURA, 1986, p.17).

A formação do campesinato brasileiro é marcada pela mobilidade espacial, isto é, por um intenso caráter migratório. Desse modo, é um campesinato que teve o acesso a terra historicamente bloqueado, portanto sua luta para entrar na terra tem sido a marca de sua diferenciação em relação ao campesinato de origem no feudalismo, portanto parcelar, do tipo europeu. Desta maneira, falarmos em herança da terra parece constituir-se num contra-senso em relação à situação em que ele se encontra, a de luta pela terra. Entretanto, se pensarmos a herança da terra como sendo muito mais que a transmissão do patrimônio, na verdade, como um *habitus*, ou seja, “um conhecimento adquirido e também um *haver* [...]” (BOURDIEU, 2000, p. 61). Logo, a discussão do *habitus* passa a ser, a nosso ver, a chave que permite entendermos a permanência da classe social a que chamamos campesinato.

O *habitus* de classe camponesa como uma disposição adquirida, aparece, por exemplo, nos relatos quando a questão é os filhos. Portanto, impedidos de deixar uma herança em terra, com um lote que já não comporta a segunda geração, desiludidos com a cidade, muitos dela retornaram, é comum encontrarmos na fala dos pais a disposição dada ao filho para conquista de outro lote de terra, seja via casamento, acampamento ou compra.

Desse modo, a herança da terra não como patrimônio, mas como *habitus*, pode ser apreendida no trabalho com fontes orais, em que a oralidade dos sem terra revela muito mais que o desejo por um pedaço de terra, na verdade, são disposições adquiridas que permanecem nos corpos, na linguagem, na postura, mesmo quanto a história feita coisa, isto é, a terra como propriedade familiar camponesa há muito foi perdida.

Por sua vez, este comportamento pode ser considerado o meio encontrado pelos pobres da terra para prosseguir como camponeses e se desviar daquilo que Oliveira (2001, p. 40) já havia advertido: “Mas o capital – talvez mais sabiamente – expropria as possibilidades de os filhos dos camponeses possuírem terra para continuar camponeses”.

¹Este artigo é parte da Tese de doutorado intitulada: “Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul”. FCT/Unesp, 2003.

² Doutora em Geografia Agrária e Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Estudos Agrários” – CNPq

CAMPESINATO E *HABITUS* DE CLASSE

Falar em classe camponesa é necessariamente admitir o não desaparecimento do campesinato e, em alguns casos como o brasileiro, a “recamponezação” do sem-terra. Neste sentido, Wolf (1979) destaca o campesinato não só como uma incógnita no sentido de sua permanência na cena da história como também pela sua decisiva participação nas revoluções que abalaram o século XX: Mexicana (1910); Russas (1905 e 1917); Chinesa (1921 em diante); Vietnamita (1961); Argelina (1954); e, Cubana (1958). Nesta linha de interpretação, destaca-se também o apontamento de Teodor Shanin (1980, p. 76-77) que, a respeito da participação camponesa na guerra do Vietnã, escreve:

Podemos explicar satisfatoriamente a derrota do maior, mais rico e tecnologicamente mais adiantado complexo militar industrial, sem levar em conta a estrutura social especificamente camponesa de 90% dos vietnamitas? [...] basta comparar o Vietnã com outras áreas que tentaram desafiar a potência militar imperialista para admitir a importância analítica crucial de se considerar a especificidade camponesa neste caso.

Que fatores explicam tamanha tenacidade e capacidade de resistência do campesinato? A estranheza é ainda maior se considerarmos as características comumente ao camponês atribuídas: isolamento; trabalhador solitário; conservador.

Estudos como o de Wolf apontam como o combustível que impele o campesinato à rebeliões a eminente ameaça de perda da sua condição camponesa. Portanto, paradoxalmente, é a própria tentativa de manter a condição camponesa que torna o camponês um revolucionário. Portanto, acreditamos que essa permanência é explicada por meio da existência de um *habitus* camponês que resiste mesmo o indivíduo estando na cidade.

Cumprir ainda destacar que a classe camponesa possui uma especificidade em relação as classes fundamentais do capitalismo (burguesia e proletariado), os camponeses não constituem uma classe “pura” do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, acrescido ao fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não-capitalista. Aceitar tal assertiva implica em trabalhar com a noção de formação econômico social na concepção marxista, que a emprega para explicar a totalidade do processo do capital, cujo núcleo é seu desenvolvimento desigual. Portanto, apesar de o campesinato ser uma relação não-capitalista, sua reprodução deve ser entendida a partir das diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção.

Por outro lado, dizer que o campesinato é uma relação não-capitalista significa avançar na teoria de Chayanov, ou melhor, acrescentar à lógica camponesa por ele desvendada o lugar a ela reservado na dinâmica de reprodução do capital. Em outras palavras, resolver o eterno problema de como os camponeses se relacionam com a sociedade circundante, tão cara ao autor. Neste sentido, a fim de esclarecer o lugar do campesinato no capitalismo afirmação de Oliveira (1981, p. 08) é elucidativa:

[...] o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução [...].

Martins (1981) corrobora nesta direção por meio das discussões acerca da renda da terra. Assim, da mesma forma que o capitalismo removeu a irracionalidade que a terra representava à expansão do capital por meio da transformação da renda pré-capitalista em renda capitalizada, também (re)criou relações de trabalho e produção não-capitalista como o campesinato. Todavia, é insuficiente dizer que o capitalismo, ao se reproduzir, reproduz relações não-capitalistas, seja como contradição ou funcionalidade, porque poderia indicar um determinismo do capital. Portanto, é preciso considerar a luta dos pobres do campo na (re)criação cotidiana do *habitus* de classe camponesa.

Neste sentido, é preciso entender que para Bourdieu (2000) o conceito de *habitus* é muito mais profundo que o de “tradições familiares”, uma vez que estas são prisioneiras, para sua permanência, da invariabilidade e da rigidez. Por outro lado, a palavra hábito (entendido como transferência) também não consegue por em evidência a capacidade criadora do *habitus* e do agente, daí a necessidade da contraposição e elaboração de um novo conceito com vistas a dar ao *habitus* uma forma dinâmica e não uma forma estática de dominação do presente pelo passado.

O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, antes reprodutivo do que produtivo. Ora, eu queria insistir na idéia de que o habitus é algo que possui uma enorme potência geradora. Para resumir, o habitus é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós ‘reproduzamos’ as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (BOURDIEU, 1983, p. 105, grifo meu).

Acreditando ter encontrado a mediação indivíduo e sociedade, Bourdieu apresenta o conceito de *habitus* como um entendimento que alia memória coletiva (práticas herdadas) e capacidade criadora do indivíduo.

Entretanto, ao compreendermos que o *habitus* é a repetição das experiências concretas vivenciadas ao longo do tempo pelos sujeitos de uma mesma classe que vão se estruturando em práticas e representações, não estaríamos postulando uma teoria do imobilismo das classes? Ou pior, uma teoria reprodutivista? Essa questão tão angustiante é por Bourdieu esclarecida:

Princípio de uma autonomia real em relação às determinações imediatas da “situação”, o *habitus* não é por isto uma espécie de essência a-histórica, cuja existência seria o seu desenvolvimento, enfim um destino definido uma vez por todas. Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades da adaptação às situações novas e imprevistas, podem determinar transformações duráveis do *habitus* [...] (BOURDIEU, 1983, p. 106, grifo nosso).

Assim, podemos afirmar que o *habitus* permite, ao mesmo tempo, a reprodução das relações sociais e a criação do novo. Conseqüentemente, toda vez que as condições objetivas da situação não permitem a realização do *habitus*, este dá lugar a forças explosivas que tanto podem ser de mudança como de acomodação. Portanto, a mesma lógica que reproduz também dá lugar à transformação.

Destarte, quais são os fatores que interferem na definição final desta lógica? Acreditamos que é a prática, visto que é ela a responsável pela atualização do *habitus*.

Cabe ainda destacar o sentido de classe que Bourdieu (2000) deu a discussão do *habitus*. Para o autor, embora o indivíduo possa ocupar posições diferenciadas nos diversos *campos* do todo social e suas ações sejam reflexo desse espaço multidimensional, há a possibilidade de existência da classe social. Conseqüentemente, essa posição de classe é fruto da mediação do *habitus*, porque é ele que fundamenta as formas de agir e pensar nos sujeitos nos variados *campos*, dando-lhes unidade, *habitus* de classe (ou classe de *habitus*). Assim, independente da diversidade de *habitus* específicos, existiriam disposições gerais, um *estilo*³, uma história incorporada a produzir um *habitus* de classe, dando identidade a esses grupos. Enfim, para além da distinção, que não é nada mais que a continuidade física e psíquica do indivíduo, haveria a possibilidade da identidade de classe.

Portanto, é o *habitus* de classe que dá unidade, que organiza o pensar e o agir do sujeito nos diversos campos, que cria a identidade, que possibilita a leitura relacional entre os *campos*, criando a classe provável, aquela que possui a maior condição de se organizar. Ou seja, existe uma história incorporada que permite uma identificação mútua, mesmo que o sujeito ocupe posições diferentes nos *campos*.

Desta forma, a discussão do *habitus* se torna o elo essencial para compreendermos o processo de (re)criação da classe camponesa, por sua vez as condições de permanência e mudança do *habitus* se fazem a partir de uma posição de classe, logo não existe contradição entre *habitus* e classe, na verdade o que temos é um *habitus* de classe camponesa.

Considerações

Dizermos que o campesinato brasileiro possui um *habitus* a gerar uma identidade tanto fora (nos acampamentos) como dentro da terra (nos assentamentos), não significa dizer que os camponeses são uma classe homogênea numa possível diluição das diferenças, mas, que o sentido de classe, ainda que ambíguo, é responsável pelo deslocamento das diferenças, na busca cotidiana pela recriação do modo de vida camponês, pela conquista da terra enquanto *morada da vida*. Ser

³ Conjunto sistemático dos traços distintivos que caracterizam todas as práticas e obras de um agente singular ou de uma classe de agentes (BOURDIEU, 2001, p. 117).

camponês, portanto, é ser uma pessoa por inteiro e única que no acampamento/assentamento é reconhecido pelo nome, pelo apelido, pelo *habitus*, não como tradição, mas enquanto manutenção, renovação e inovação.

Portanto, a luta pela terra empreendida pela classe camponesa não conhece apenas um formato. Na luta por um pedaço de chão eles cortam cercas, ocupam terras, acampam, marcham pelas estradas; outros esperam cultivando o sonho da terra. No entanto, todos guiados pelo *habitus* de classe camponesa. Na beira das estradas, na cozinha do fazendeiro, nas fileiras dos sindicatos, nas diversas parcerias na terra do *outro*, enfim, fora e dentro da terra, a luta pulsa numa mesma direção: *a terra de trabalho*.

Por sua vez, a teoria do *habitus* elaborada por Bourdieu permite entendermos a luta pela terra e, portanto, a permanência camponesa como um aprendizado do passado, como herança, porém dotada de criatividade que permite ao sujeito inovar, transformar sua prática social na busca da sua realização como agente criativo.

Na prática, vamos percebendo que o *habitus* não anula a história, já que como herança abre possibilidades para mudanças no todo social, podendo gerar sublevações. Basta pensarmos na luta pelo *direito costumeiro* que tem colocado os camponeses em uma situação de conflito, desde os Quilombos até o MST de nossos dias.

Desta maneira, tecemos a apreensão do *habitus* como herança da terra a partir dos relatos de acampados e assentados no Mato Grosso do Sul, já que há em suas falas, no próprio processo de memorização, referências constantes à luta pela terra, ao passado como sitiante, bóia-fria, filho de agregado, enfim, à condição social de sem-terra. Entretanto, depreende-se também destes relatos o fato de que o *habitus* não é uma essência a-histórica, uma camisa pronta e acabada a espera do manequim. Na verdade, nessa disposição adquirida, nesta herança, é passível a introdução de mudanças, ou seja, novas respostas produzidas diante dos obstáculos do real, situação facilmente perceptível quando, por exemplo, Sales diz: “*eu achava que se fizesse um cadastro e ficasse esperando igual ao meu pai, aí eu ia morrer também falando em terra*”.

Eu sempre fui criado assim, falando da terra, o meu pai sempre dizia alguma coisa da terra, meu pai fez um cadastramento em 1964 e aí ele morreu falando em terra: puta merda eu tinha que pegar uma terra, eu tinha que pegar uma terra. Esse cadastramento ele falou que fez e foi aprovado, fez no INCRA, mas naquele tempo o INCRA não era o INCRA, era outro nome e até não era do Brasil era a nível de Estado. Então assim, eu achava que se fizesse um cadastro e ficasse esperando igual ao meu pai, aí eu ia morrer também falando em terra, então por isso eu parti pra cima, eu acampava, ia ocupar. Enfim, fazer tudo que fosse, partir para a briga mesmo para querer a terra e não fazer que nem o meu pai que ficou mais ou menos uns quarenta anos esperando a terra. Se eu ficasse que nem ele eu ia também ficar mais quarenta anos e morrer falando em terra, por isso que a gente foi pro acampamento e eu fui para a luta para ter a terra. Meus filhos também partiram pra luta, hoje tenho quatro com lote em assentamento. (SALES⁴).

⁴ Assentado no projeto Indaiá – Fev/2001.

Portanto, se Sales herdou o *habitus* da terra a ele incorporou o da luta, do enfrentamento, disposição então desconhecida por seu pai, que morreu esperando o cadastro do INCRA. Neste movimento de permanência e mudança, fruto do *habitus*, a classe camponesa no Brasil vai se (re)criando a despeito daqueles que insistem no seu desaparecimento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BOSI, Ecléa. Cultura e Desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 16-41.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução de Jeni Vastman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Sociologia**. ORTIZ, Renato (Org. da Coletânea). São Paulo: Ática, 1983b. (Grandes Cientistas Sociais, 39).

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Escritos de Educação**. NOGUEIRA, Maria A; CATANI, Afrânio (Orgs. da coletânea). 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

FERNANDES, Bernardo M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GARCIA Jr, Afrânio R. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Não Há Terra Para Plantar Neste Verão**. Petrópolis: Vozes, 1986a.

_____. **O Cativo da Terra**. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1986b.

_____. **Caminhada no Chão da Noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Expropriação e Violência**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Revisando a Questão Agrária. São Paulo: MST. **Boletim do Militante, nº 27**, dez. de 1996.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MST. **Documento Básico**. Piracicaba: MST, 1991.

_____. **Construindo o Caminho**. São Paulo: MST, 2001.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 58, set. 1981.

_____. **Agricultura Brasileira: as transformações no final do século XX**. São Paulo: [s.n.], 1994a. (Mimeografado).

_____. **Trajatória e Compromissos da Geografia Brasileira**. Curitiba: [s.n.], 1994b. (Mimeografado).

SAMPAIO, Inês S. Vitorino. A Sociologia dos Bens Simbólicos e a Teoria do Mercado Lingüístico de Pierre Bourdieu. In: **Temáticas**. Campinas: IFCH/UNICAMP, ano 01, nº. 1/2, 2º Semestre, 1993.

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.

TRIGO, Maria H. B. Habitus, Campo, Estratégia: uma leitura de Bourdieu. **Cadernos CERU**. São Paulo, série 2, nº 09, p. 45-55, 1998.

WOLF, Eric R. Revoluções Sociais no Campo. In: SZMRECSÁNYI, Tamas; QUEDA, O. (Orgs.). **Vida Rural e Mudança Social**. 3ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979. p. 94-102.